



## MUNICÍPIO DE MURIAÉ

### GABINETE DO PREFEITO

---

#### LEI Nº 5.989 /2020

*"Institui o Dia do "CAFÉ" no calendário oficial do Município de Muriaé-MG."*

O Prefeito de Muriaé:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído no calendário oficial de eventos do Município, o "DIA DO CAFÉ", a ser comemorado no dia 24 (vinte e quatro) de maio.

**Art. 2º** No dia serão realizadas diversas atividades culturais, podendo haver participação do poder público municipal através de seus entes, com o objetivo de discutir e debater o tema, além de resgatar a importância histórica e cultural do leite.

**Parágrafo único:** O Poder Público poderá estabelecer parcerias com entidades da sociedade civil, órgãos públicos e iniciativa privada, com o objetivo de realizar ações e movimentos junto a sociedade.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todas as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé, 04 de Junho de 2020.

**IOANNIS KONSTANTINOS GRAMMATIKOPOULOS**  
Prefeito Municipal de Muriaé

**Parágrafo único:** A execução do *caput* deste artigo somente poderá ocorrer após a distribuição de máscaras a todos devidamente cadastrados no programa baixa renda através do Cadastro Único, neste município.

**Art. 6º** Os recursos para fazer frente as despesas decorrente da presente Lei, poderão ser alocados pelas dotações dirigidas ao COVID-19.

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei no que diz respeito a questão de fiscalização.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência enquanto perdurar a pandemia.

MANDO, PORTANTO, a todas as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam tão inteiramente como nela se contém.

Muriáe, 04 de Junho de 2020.

**IOANNIS KONSTANTINOS GRAMMATIKOPOULOS**

Prefeito Municipal de Muriáe

**Publicado por:**

Leonor Marcos Soares Dias

**Código Identificador:**52465B49

**COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL  
LEI Nº 5.990 /2020**

*"Institui o Dia do "LEITE" no calendário oficial do Município de Muriáe-MG."*

O Prefeito de Muriáe:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído e incluído no calendário oficial de eventos do Município de Muriáe MG, o "DIA DO LEITE", a ser comemorado no dia 01 (um) de junho.

**Art. 2º** No dia serão realizadas diversas atividades culturais, podendo haver participação do poder público municipal através de seus entes, com o objetivo de discutir e debater o tema, além de resgatar a importância histórica e cultural do leite.

**Parágrafo único:** O Poder Público poderá estabelecer parcerias com entidades da sociedade civil, órgãos públicos e iniciativa privada, com o objetivo de realizar ações e movimentos junto a sociedade.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todas as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam tão inteiramente como nela se contém.

Muriáe, 04 de Junho de 2020.

**IOANNIS KONSTANTINOS GRAMMATIKOPOULOS**

Prefeito Municipal de Muriáe

**Publicado por:**

Leonor Marcos Soares Dias

**Código Identificador:**C43444E4

**COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL  
LEI Nº 5.989 /2020**

*"Institui o Dia do "CAFÉ" no calendário oficial do Município de Muriáe-MG."*

O Prefeito de Muriáe:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído no calendário oficial de eventos do Município, o "DIA DO CAFÉ", a ser comemorado no dia 24 (vinte e quatro) de maio.

**Art. 2º** No dia serão realizadas diversas atividades culturais, podendo haver participação do poder público municipal através de seus entes, com o objetivo de discutir e debater o tema, além de resgatar a importância histórica e cultural do leite.

**Parágrafo único:** O Poder Público poderá estabelecer parcerias com entidades da sociedade civil, órgãos públicos e iniciativa privada, com o objetivo de realizar ações e movimentos junto a sociedade.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todas as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam tão inteiramente como nela se contém.

Muriáe, 04 de Junho de 2020.

**IOANNIS KONSTANTINOS GRAMMATIKOPOULOS**

Prefeito Municipal de Muriáe

**Publicado por:**

Leonor Marcos Soares Dias

**Código Identificador:**7FD8D4DE

**COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004154/2020  
TRANSCRIÇÃO ORIGINÁRIA: (X) IMÓVEL PRIVADO ( )  
IMÓVEL PÚBLICO**

Trata-se de ato próprio realizado pelo legitimado. MUNICÍPIO DE MURIAÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 17.947.581/0001-76, com sede na Avenida Maestro Sansão nº 236, Centro, na cidade de Muriáe/MG, CEP 36.880-002, postulando a instauração formal da Regularização Fundiária por interesse social na Zona Especial de Interesse para Regularização Fundiária Urbana de "Pirapanema", conforme definido pela Lei Complementar nº 5.915/2019 que instituiu o Plano Diretor Participativo de Muriáe.

Determino a abertura do procedimento administrativo, para que o Núcleo de Regularização Fundiária (Comissão), devidamente nomeado pelo Chefe do Executivo no Decreto nº 8.938, de 11 de março de 2019, classifique e fixe uma das modalidades da Reurb ou promova o indeferimento fundamentado da demanda, em até 180 (cento e oitenta dias), nos termos do artigo 32 da Lei nº 13.456/17.

O Núcleo, entre outras funções estabelecidas na Lei nº 13.465/17, na Lei Municipal nº 5.665/18 e nas demais normas vigentes, deverá:

Definir os requisitos para elaboração do projeto de regularização, no que se refere aos desenhos, ao memorial descritivo e ao cronograma físico de obras e serviços a serem realizados (art. 36, §4º, Lei nº 13.465/17);

Aprovar e cumprir o cronograma para término das etapas referentes às buscas cartorárias, às notificações, à elaboração do projeto de regularização fundiária e aos estudos técnicos para as áreas de risco ou consolidação urbanas em áreas ambientalmente protegidas;

Proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado;

Notificar os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentarem impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da notificação;

Receber as impugnações e promover procedimento extrajudicial de composição de conflitos, fazendo uso, inclusive, da arbitragem ou instalação de câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito da administração local ou, ainda, celebrar termo de ajuste como Tribunal de Justiça Estadual;

Lavrar auto de demarcação urbanística, caso pretenda realizar o procedimento com demarcação urbanística prévia (art. 19, Lei nº 13.465/17);

Na REURB – S operada sobre área de titularidade de ente público caberá ao referido ente público ou ao Município, a responsabilidade de elaborar o projeto de regularização fundiária, nos termos do ajuste que venha a ser celebrado, e a implantação da infraestrutura essencial,